



Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e trinta e sete minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Ricardo Jorge Fialho Oliveira (CDU) esteve presente em substituição da Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 5.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 e 7.

Secretariou a reunião a chefe da Divisão de Contabilidade e Património Sílvia Maria Torrão Barbeiro, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.

### Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
  - 1. **Deliberação n.º 932/2023 – Proposta n.º 47/2023 – GAP – Celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Sesimbra**
  - 2. **Deliberação n.º 933/2023 – Proposta n.º 48/2023 – GAP – “Reabilitação da Rede de Água na Avenida Luísa Todi – Lado Sul” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**
  - 3. **Deliberação n.º 934/2023 – Proposta n.º 414/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição do fundo de maneiio para o projeto “Festa da Ilustração 2023”**

4. **Deliberação n.º 935/2023 – Proposta n.º 416/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantindo a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor - Ajuste direto n.º 222/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**
5. **Deliberação n.º 936/2023 – Proposta n.º 418/2023 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
6. **Deliberação n.º 937/2023 – Proposta n.º 419/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para atribuição de licenças para a atividade de partilha de velocípedes ou equiparados, com ponto de partilha, para utilização pública, durante períodos de curta duração e utilização do espaço público associado**
7. **Deliberação n.º 938/2023 – Proposta n.º 420/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para alienação de 7 lotes de terreno, sítos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião**
8. **Deliberação n.º 939/2023 – Proposta n.º 421/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para alienação de um prédio urbano, sítio em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal**
9. **Deliberação n.º 940/2023 – Proposta n.º 422/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento, de fração sita em Avenida dos Ciprestes, 147, destinada a comércio**
10. **Deliberação n.º 941/2023 – Proposta n.º 423/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão da parcela de terreno doada em direito de superfície para ampliação do Palácio da Justiça, União de Freguesias de Setúbal**
11. **Deliberação n.º 942/2023 – Proposta n.º 424/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Minuta do contrato de comodato celebrado entre o Município de Setúbal e a Scalibasket Club Associação**
12. **Deliberação n.º 943/2023 – Proposta n.º 425/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Permuta de lotes de terreno, sítos em Nova Azeda e em Quinta do Quadrado, em Setúbal**
13. **Deliberação n.º 944/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DRH/DIGAT – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023**
14. **Deliberação n.º 945/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DOM – Empreitada CPI 19/2022/DOM - “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base; e aumento da despesa autorizada**
15. **Deliberação n.º 946/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DOM – Empreitada CPI 18/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de habitação multifamiliar” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base - Aumento da despesa autorizada - Aprovação do relatório único do júri, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos**
16. **Deliberação n.º 947/2023 – Proposta n.º 413/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 26/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada PRR “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” (lote 1, lote 2, lote 3 e lote 4) – Abertura**
17. **Deliberação n.º 948/2023 – Proposta n.º 415/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 27/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e**

- coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada PRR “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista – Edifícios de habitação multifamiliar” (lote 1 e lote 2) – Abertura*
18. *Deliberação n.º 949/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua do Cercal, n.º 29, em Setúbal*
  19. *Deliberação n.º 950/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do programa 1.º direito - Reabilitação de habitações e alojamento provisório, na Rua João Augusto Rosa, n.º 6, em Setúbal*
  20. *Deliberação n.º 951/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DCDJ/DICUL – Venda ao público de Estruturas de Papel em 3D – Rede de Museus Municipais*
  21. *Deliberação n.º 952/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização da edição da obra premiada do XXII Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage - Ratificação*
  22. *Deliberação n.º 953/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de Obra de Arte ao Município*
  23. *Deliberação n.º 954/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DCDJ – EXIB MÚSICA Setúbal 2023*
  24. *Deliberação n.º 955/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DCDJ/DIDES – Academia de Rugby Club de Setúbal – Apoio financeiro para aquisição de material e equipamento*
  25. *Deliberação n.º 956/2023 – Proposta n.º 125/2023 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense / Vela – Apoio financeiro*
  26. *Deliberação n.º 957/2023 – Proposta n.º 126/2023 – DCDJ/DIDES – Clube de Vela do Sado – Apoio financeiro para a aquisição de trator de manutenção, limpeza e desassoreamento da rampa do Centro Náutico Municipal de Setúbal*
  27. *Deliberação n.º 958/2023 – Proposta n.º 254/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de Regulamento de Mobilidade Partilhada do Município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública*
  28. *Deliberação n.º 959/2023 – Proposta n.º 257/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará - Processo n.º 37/23*
  29. *Deliberação n.º 960/2023 – Proposta n.º 258/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de licenciamento para uma instalação de parque tipo A, sujeito a licenciamento simplificado - Processo n.º 128/23*
  30. *Deliberação n.º 961/2023 – Proposta n.º 259/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de selagem de 3 ascensores - Processo n.º 145/05*
  31. *Deliberação n.º 962/2023 – Proposta n.º 260/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 443/22*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.

- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), alvarás de construção e utilização, conforme documento anexo registado sob o n.º 10.

## 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Joel Marques** – Disse que o muro de contenção na Rua Óscar Pacheco era uma intervenção cuja necessidade já existia há muitos anos, tratava-se de uma intervenção que foi interrompida, apesar de estar previsto o seu término até ao final de agosto. As obras estavam suspensas e já estariam praticamente no mês de outubro, tendo questionado sobre o que levou à interrupção da obra e quando seria a expectável que a mesma fosse concluída, uma vez que a conclusão daquela intervenção impedia os moradores de aceder às suas garagens. O estado do pavimento de diversas ruas em Azeitão, nomeadamente a Rua da Nova Jardía e Rua da Padaria, uma rua paralela à Rua de São Gonçalo, que servia de desvio na sequência de uma obra, que era feita naquele arruamento, que com as chuvas o seu estado de conservação piorou significativamente, não reunindo as mínimas condições para ser transitável por transportes públicos, em viatura própria e ainda muito menos para quem se deslocava através dos meios de mobilidade suave ou até mesmo por pessoas que tivessem alguma dificuldade de locomoção reduzida.

Disse que seria fundamental, que fosse feita uma intervenção que dotasse aquele arruamento das condições mínimas para que se pudesse circular.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse pretender dar nota da situação do Campo Municipal da Várzea ou o chamado Campo dos Pelezinhos. Referiu que chegou junto dos Vereadores do Partido Socialista manifestações de descontentamento relativo às acessibilidades e condições da assistência, à prática desportiva que ali acontecia diariamente.

Em tempos inauguraram o relvado sintético afeta ao Clube Desportivo Os Pelezinhos, mas os acessos ao relvado permaneciam em terra batida, assim como o espaço onde as famílias podiam assistir aos treinos.

A espécie de bancada colocada encontrava-se extremamente degradada, no inverno ou em dias chuvosos tornava-se penoso aceder ao campo pela lama e buracos existentes, mas também para assistir aos jogos e treinos pela terra batida existente no seu interior, assim como a ausência de qualquer abrigo para a chuva.

A colocação de um relvado sintético permitira melhores condições para os atletas e eram muitos os praticantes de futebol e famílias que frequentavam diariamente o espaço, setubalenses e visitantes que ali se deslocavam pela prática desportiva.

Disse ser importante conferir-lhe dignidade nos acessos com efetivas condições de segurança, mobilidade e acessibilidade viária e pedonal. Perguntou se existia alguma intervenção prevista para breve, em termos de pavimentação do parque de estacionamento e condições interiores do mesmo que solucionassem o problema.

Voltou a chamar a atenção para as questões de higiene e limpeza urbana e disse que a falta de higiene junto aos moloks e ecopontos, cheiros nauseabundos e muitas ruas no centro histórico tinham um cheiro acentuada a urina.

Naquele sábado, no descerramento das placas toponímicas em alguns locais da cidade sentiram o cheiro intenso a urina, assim como o cheiro intenso do muito lixo acumulado nos caixotes.

Na Rua Camilo Castelo Branco, para quem fazia o percurso a pé, deparavam-se com o lixo acumulado em alguns recantos, assim como a acumulação de monos, sendo muitos os exemplos um pouco por toda a cidade.



Associada àquela situação constataram o surgimento de circulação na via pública de ratos e baratas um pouco por toda a cidade. Existiam relatos de munícipes a reclamarem das baratas, ratos e até ratazanas em jardins públicos.

Naquela segunda-feira, quando passara pela lateral da Biblioteca Municipal em direção à Caixa Geral de Depósitos, no centro da cidade, circulavam ratos, assim como eram frequentadores assíduos dos jardins da cidade, como, por exemplo, do Jardim da Algodeia que era frequentado por adultos, mas também por muitas crianças. Disse ser desagradável, mas mais que isso ameaçava a saúde pública.

As pragas de ratos e baratas eram difíceis de tratar pela resistência dos produtos utilizados, pelas alterações climáticas, sendo importante perceber se tinham em prática alguma estratégia para conter e prevenir aquelas ameaças à saúde pública e se se considerava que os procedimentos de controlo estariam dentro da normalidade.

Uma vez que estavam no arranque do ano letivo, relativamente aos transportes, referiu terem conhecimento de alguns incumprimentos de horários um pouco por toda a cidade, alguns dos estudantes e encarregados de educação referiram que chegaram atrasados à escola, em especial os jovens que frequentavam a Fundação Escola Profissional de Setúbal, que lhes transmitiram que o autocarro 4410 não passava na hora prevista, ainda que a aplicação e a informação da paragem mencionassem a hora de 7h58.

**Sr. Presidente** – Solicitou ao senhor Vereador Carlos Rabaçal que pudesse dar melhor informação sobre a obra da Rua Óscar Pacheco.

Quanto à questão das ruas e do saneamento nas ruas de Azeitão, como era do conhecimento público, a Câmara Municipal tinha um programa de intervenção contínua nos arruamentos de Azeitão, sobretudo em Brejos, que era um programa definido. Com aquele programa cerca de 75% dos arruamentos tinham condições de pavimentação e saneamento adequado.

Quanto à questão da Rua de São Gonçalo, não se tratava de uma obra da Câmara Municipal, a questão foi colocada ao dono e segundo a informação iria ser feita uma intervenção no desvio no sentido de criar melhores condições ao piso para a circulação. Desconhecia se a intervenção já tinha acontecido nos últimos dias ou se estaria para acontecer.

Relativamente ao Campo Municipal da Várzea e à situação dos Pelezinhos, a Câmara Municipal tinha o compromisso com os Pelezinhos no sentido de novas instalações e com aquelas novas instalações certamente que haveria uma intervenção nos arranjos exteriores, incluindo a acessibilidade.

No ano transato, durante o inverno e sobretudo no período das chuvas surgira um problema que não era novo, porque tinha muitas viaturas a circular naquela zona, havendo a necessidade por parte da Câmara Municipal fazer uma intervenção provisória, mas com as novas instalações certamente que haveria uma intervenção de requalificação das condições de acesso aos Pelezinhos.

Relativamente à questão do controlo das pragas, com as alterações climáticas, tudo aquilo ir-se-ia modificar, disse que a Câmara tinha contratos com empresas que faziam com regularidade e nos locais identificados há muitos anos, onde normalmente aqueles problemas se desenvolviam, tendo verificado que as intervenções começavam por não ser suficientes.

Tratava-se de uma situação que teria de ser revista para o próximo ano, a forma de avaliar aquela situação, que ao longo dos últimos anos se agravava.

Quanto à questão dos transportes escolares, disse haver um compromisso com a empresa e com a TML relativamente à garantia dos horários de transporte escolar. Naquele momento, não tinha uma avaliação de como as coisas correram naquela primeira semana, sabia que a empresa passara a ter condições que não tinha anteriormente, podendo dar uma maior resposta em particular no que se referia aos transportes escolares.

A questão seria avaliada, estando certo que a situação iria entrar numa regularização, porque seria fundamental que isso acontecesse. Por aquela razão, tiveram reuniões específicas com a empresa de transportes para tratar daquele assunto.



**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que o autocarro que fazia o percurso para a Escola Profissional não chegava atrasado, mas estaria a passar antes da hora prevista, por essa razão os jovens ficavam na paragem.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não tiveram reporte dos agrupamentos de escolas ou das escolas não agrupadas, de qualquer constrangimento no serviço de transporte público, no entanto, através do Departamento de Educação na próxima semana, em que iriam fazer uma ronda com todos os agrupamentos e escolas não agrupadas, para ter algum retorno sobre alguma dificuldade em particular. Relativamente à carreira 4410 iriam verificar junto da Carris Metropolitana a situação em concreto, sendo uma das prioridades o acompanhamento que faziam junto da Carris Metropolitana e da TML.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Referiu que o muro de contenção na Rua Óscar Pacheco foi um processo bastante complicado, tendo andado para trás e para a frente. Por indicação do LNEC e da COBA Group – Consultores de Engenharia e Ambiente, a Câmara tivera de interromper a obra para fazer novas sondagens, mas que iria retomar a breve prazo.

Tratava-se de uma obra num espaço de contenção de prédios de oito a nove andares, cujo empreiteiro terá enchido de entulho, uma coisa que deveria ser feita de uma forma correta, a câmara tivera que retirar todo o entulho, porque o muro de contenção estava a cair, colocando em causa a estrutura do próprio prédio.

Tiveram que fazer estudos geotécnicos muito complicados para procurarem um terreno mais consistente para segurar o muro, por não existir forma de fixar a contenção. Naquele momento parte da estacaria encontrava-se executada. Também tiveram de mudar toda a rede pluvial e de esgotos, visto que o empreiteiro há época em vez de ter feito a rede pluvial e os esgotos no sítio certo, aproveitou aquele espaço irregularmente, transformando o espaço que seria reservado ao prédio no espaço público.

Tratava-se de um processo bastante difícil que acompanharam com os moradores. Esperavam que a obra andasse mais rápido, no entanto, estariam na reta final. Parecia ser uma obra simples uma vez que se tratava de um muro, no entanto, tudo se transformou numa obra complicadíssima.

A Câmara esteve a acompanhar o impacto dos sismos em construções malfeitas, sendo que o suporte lateral daquele prédio não estaria em condições, por isso iriam resolver de uma forma positiva e consistente. Preferiam gastar um pouco mais de tempo para a obra ficar com as condições adequadas do que fazê-la apressadamente.

Disse que fizeram em Azeitão um conjunto de intervenções, sobretudo na rede de abastecimento de água, porque estava muito danificada, por soluções encontradas há 30/20 anos naquela região, com equipamentos de baixa qualidade e que estariam a dar grandes dificuldades.

Disse que já tinham substituído em duas dezenas de ruas, toda a rede de água e naquele momento terminaram com a obra que apanhava a Rua do Roseiral, Rua da Tradição, Rua da Silveira, depois iriam arrancar com uma obra que abrangeria a Rua da Revolução, Rua Padre Cruz, Rua Santo Antoninho, Rua Santos Cova, Rua do Paraíso, Rua da Escola Primária, e também estariam a preparar uma intervenção na Rua do Mercado, Rua da Cadeira de São Pedro, na Rua do Kimbo, entre outras.

Estará a falar de mais de um milhão de euros em intervenções que visava requalificar toda a rede de água, implicando necessariamente requalificar passeios e outros aspetos da rua.

Iria trazer uma lista das obras em execução a realizar em Azeitão, estando incluído as obras de pavimentações, não só em Azeitão, mas em todas as freguesias do concelho.

No que se referia à recolha do lixo disse estarem com muita dificuldade na relação com o mau trabalho que as empresas faziam. Tinham dificuldades com a Amarsul que recolhia o papel, o plástico e o vidro, mas muitas vezes recolhia o papel e não recolhia o vidro, outras vezes recolhia o vidro e não recolhia o papel e ninguém percebia o que se passava. Muitas das vezes recolhia o que estava no contentor e não recolhia o que estava fora, pelo que estariam a discutir com eles, tendo que tomar medidas nesse sentido.

Também tinham algumas dificuldades com a Rodolixo que fazia a recolha dos enterrados e que deixava ficar o lixo espalhado nos locais de recolha, para além de falharem a recolha de alguns enterrados, obrigando-os a criar um piquete de emergência dos Serviços Municipalizados que, perante o aviso de que o lixo não tinha sido recolhido ou que foi mal recolhido, o espaço era limpo e diariamente faziam aquela tarefa que não seria da sua responsabilidade.

Queria que os senhores Vereadores compreendessem que os Serviços Municipalizados pegaram naquela matéria recentemente, havendo transformações a fazer, mas precisariam de algum tempo para as concretizar.

Iriam tomar mediadas relativamente ao equipamento, ao pessoal, à lavagem dos novos contentores, na colocação de mais novos contentores e novos sistemas de lavagem.

Disse que em tempo oportuno apresentaria em reunião de Câmara um plano estratégico para os resíduos, que teria de acompanhá-lo num conjunto de medidas imediatas, para melhorar a situação dos resíduos no município.

**Sr. Presidente** – Disse que tinham terminado o primeiro período de antes da ordem do dia, passando às saudações.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo sob o registo n.º 11.

**“Saudação  
Aniversário Moto Clube de Setúbal**

*O Moto Clube de Setúbal é saudado pelo seu 26.º aniversário. Desde a sua fundação, tem sido uma referência na comunidade setubalense, demonstrando um compromisso notável com a dimensão social e um profundo envolvimento com a comunidade.*

*O Moto Clube de Setúbal não é apenas um clube de entusiastas das motos; é uma parte integrante da vida da cidade. Ao longo dos anos têm desempenhado um papel importante na promoção de eventos sociais e culturais que enriquecem a vida da comunidade local. Desde passeios solidários até eventos de caridade, o clube tem estado na vanguarda de iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida das pessoas.*

*Além disso, o Moto Clube de Setúbal tem sido um agente ativo na promoção da segurança rodoviária, sensibilizando os seus membros e a comunidade em geral para a importância de comportamentos responsáveis nas estradas.*

*Neste momento de celebração, é importante reconhecer o compromisso e a dedicação do Moto Clube de Setúbal em contribuir para o bem-estar da comunidade. A sua presença ativa e o seu envolvimento na promoção de valores sociais e culturais são um exemplo inspirador para todos nós.*

*Os vereadores do PSD fazem votos de que continuem a desenvolver o excelente trabalho que tornou o Moto Clube de Setúbal uma referência na cidade, promovendo sempre a solidariedade, a segurança e o espírito comunitário que tanto enriquecem a cidade de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou a seguinte saudação, conforme documento anexo sob o registo n.º 12.

**“Saudação  
Aniversário Teatro Estúdio Fontenova**

*O Teatro Estúdio Fontenova é saudado pelo seu 38.º aniversário, celebrado no passado dia 15 de setembro. Esta notável instituição tem desempenhado um papel crucial como motor de desenvolvimento cultural em toda a região, enriquecendo a vida de inúmeras pessoas através de uma ampla gama de projetos e iniciativas culturais.*



*Ao longo das décadas, o Teatro Estúdio Fontenova tem sido um farol de criatividade e expressão artística. Através da sua dedicação ao teatro, tem proporcionado ao público momentos de inspiração, reflexão e entretenimento. As produções teatrais realizadas pelo Teatro Estúdio Fontenova têm sido uma fonte de enriquecimento cultural para a comunidade local e além, promovendo a apreciação das artes cénicas.*

*Além das produções teatrais, esta instituição tem desenvolvido uma série de projetos educativos, debates e oficinas de teatro que têm desempenhado um papel fundamental na formação de novos talentos e na promoção do entendimento das artes entre as gerações mais jovens.*

*Neste momento de celebração, é importante reconhecer o compromisso e a paixão do Teatro Estúdio Fontenova em nutrir a cultura e as artes na região. A sua dedicação ao teatro tem enriquecido a vida cultural e educacional de muitos, e o seu legado perdurará por muitos anos.”*

**Sr. Vereador Domingos Semedo** – Apresentou as seguintes saudações conforme documentos anexos sob os registos n.ºs 13 a 17.

**“Saudação  
Aniversário do Teatro Estúdio Fontenova**

*O Teatro Estúdio Fontenova é uma das entidades culturais de renome da nossa cidade, com contribuídos inestimáveis para o desenvolvimento cultural do concelho.*

*Fundado em 1986, celebrou o seu 37.º aniversário no dia 15 de setembro, assinalando décadas de atividade, durante as quais desempenhou um papel fulcral na divulgação e promoção do teatro em Setúbal. Deste modo, constitui-se enquanto um ator indispensável para o desenvolvimento cultural do concelho, desenvolvendo o seu trabalho de forma autónoma e independente, e estabelecendo parcerias com outras entidades para a organização de projetos educativos, tertúlias, oficinas de teatro, acolhimentos e residências, bem como para a realização do Festival Internacional de Teatro de Setúbal, um evento com reconhecimento a nível nacional e internacional.*

*Contudo, também o poder local, que beneficia com o trabalho e atividade de entidades como esta, as quais desempenham um papel fulcral para o desenvolvimento dos territórios onde se inserem, como também para promoção da qualidade de vida e bem-estar das populações, deve fazer a sua parte. O apoio do município não pode continuar a basear-se em verbas diminutas, mas sim no reforço dos apoios e na criação de infraestruturas que permitam às entidades culturais desenvolver o seu trabalho de forma digna.*

*Reconhecendo os seus importantes contributos para o desenvolvimento cultural do concelho de Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Teatro Estúdio Fontenova, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem diariamente para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**“Saudação  
Aniversário do Núcleo de Árbitros da Cidade de Setúbal**

*Fundado em 1967, o Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal foi criado com o objetivo de promover, valorizar e dignificar a prática da atividade de arbitragem.*

*Celebra 56 anos de atividade de âmbito formativo na área da arbitragem da modalidade futebol, colaborando também com outras entidades de cariz desportivo, cultural e social para a organização e realização de eventos, em especial de campanhas solidárias.*

*O movimento associativo desempenha um papel fulcral para o desenvolvimento dos territórios onde se insere, atuando, por diversas vezes, para além daquilo que são os seus objetivos principais, contribuindo de forma significativa para o bem-estar e qualidade de vida das*





*populações. Estas entidades, devem assim, ser apoiadas e dotadas das condições e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das suas atividades.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Árbitros de Futebol da Cidade de Setúbal, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, reconhecendo o importante trabalho desenvolvido na área do desporto, mas também o papel do núcleo na promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações através do seu trabalho comunitário.”*

**“Saudação  
Aniversário do Núcleo de Bicross de Setúbal**

*O Núcleo de Bicross de Setúbal assinalou o seu 23.º aniversário no dia 19 de setembro. Fundado em 2000, com o objetivo de promover a prática da modalidade de BMX Race, tem atuado muito além deste, tendo-se constituído enquanto um importante e indispensável membro do movimento associativo do concelho, participando em importantes manifestações tradicionais da cultura setubalense, como são exemplo as Marchas Populares de Setúbal, e desempenhando um papel ativo na comunidade em diversas áreas.*

*Contudo, o seu destaque em provas da modalidade é inegável, tendo os seus atletas ocupado, já por diversas vezes, o pódio em competições nacionais, como a Taça de Portugal de BMX. O trabalho que desenvolve, em especial junto dos mais jovens, é um importante contributo para o desenvolvimento de capacidades e competências que transcendem a prática desportiva, como a regulação emocional em contextos de frustração, a disciplina e a organização.*

*Desta forma, o associativismo continua a afirmar-se como fator indispensável à dinâmica social, assumindo um papel determinante no desenvolvimento sociocultural no contexto local, como elemento impulsionador em áreas como a cultura, o desporto, a juventude e a educação. O poder local tem, assim, de reconhecer estas entidades como parceiros indispensáveis, criando as condições necessárias ao desenvolvimento da sua atividade, seja através da atribuição de apoios ou à criação de infraestruturas adequadas.*

*Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pelo Núcleo de Bicross de Setúbal, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam-no por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**“Saudação  
Atletas do Vitória Futebol Clube apurados para o Campeonato do Mundo de Trampolins**

*Os jovens atletas, Inês Grácio, Pedro Mendes, Duarte Rocha, Ema Narciso e Maria Dores, atletas do Vitória FC, foram apurados para o Campeonato do Mundo de trampolins por idades, que irá realizar-se em Birmingham, Inglaterra, entre os dias 16 e 19 de novembro.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, bem como os treinadores que os irão acompanhar, Margarida Maia e Rui Praxedes, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade Setúbal, lembrando que, valorizar os jovens talentos vai muito além do reconhecimento demonstrado após conquistas e vitórias.*

*O poder local deve desempenhar um papel fundamental e contribuir de forma ativa para a promoção da prática desportiva e para o desenvolvimento das capacidades e competência inerentes à mesma, criando as condições necessárias para tal, seja através da construção de infraestruturas adequadas ou da atribuição e reforço de apoios.”*



**“Saudação  
João Cruz sagra-se vice-campeão da Europa em patinagem artística**

*O jovem atleta setubalense de apenas 14 anos, João Cruz, sagrou-se vice-campeão da Europa em patinagem artística, no Campeonato Europeu de Patinagem Artística 2023.*

*João Cruz conquistou a prata no escalão cadetes, na prova de patinagem livre, que se realizou no dia 10 de setembro, em Ponte di Legno, Itália.*

*Valorizar e nutrir os jovens talentos vai muito além saudá-los e felicitá-los pelas suas vitórias e conquistas. É fundamental contribuir de forma ativa para o desenvolvimento das suas capacidades e competências, criando as condições necessárias para tal, seja através da construção de infraestruturas adequadas à prática da sua atividade ou através da atribuição de apoios, dando resposta à falta de equipamento ou fundos para deslocações.*

*Reconhecendo o talento, mas também todo o esforço do jovem atleta, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam João Cruz pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual dignifica e enaltece o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Referiu que não era muito adequado fazer comentários às saudações, mas sem prejuízo da intenção que era valorizar as entidades, sobretudo quando celebravam os seus aniversários.

A saudação que ali traziam era uma forma de não só valorizar aquilo que era o desempenho competitivo do atleta João Cruz, mas também importava frisar as circunstâncias com que a prática e a política desportiva do país se compadeciam, mas era bom que se soubesse que algumas das saudações tinham sido apresentadas pela bancada do Partido Socialista.

As circunstâncias que levavam muitos dos nossos atletas a terem de representar o país decorria da pura e total competência dos seus treinadores, dos próprios atletas, dos seus clubes, das famílias e em muitos dos casos com a colaboração da Câmara Municipal, que não tendo responsabilidade direta na representação nacional daqueles atletas fazia o que lhes era possível para que pudessem representassem Portugal e não deixassem de estar ao serviço da nação. Como foi o caso de João Cruz, que tivera a oportunidade através do apoio do clube, que colaborar para o João ter tido o desempenho ao longo do ano competitivo de 2023. Tendo dado provas do seu talento, da sua enorme capacidade, mas acima de tudo do esforço para ser possível ter aqueles resultados.

Apelou para que o Governo de Portugal assumisse o desporto como uma condição para o desenvolvimento e que isso tivesse tradução naquilo que seriam os investimentos, quando se tratava de representar Portugal.

De imediato apresentou a seguinte saudação conforme documento anexo sob o registo n.º 18.

**“Saudação  
João Cruz**

*A Câmara Municipal de Setúbal saúda o patinador setubalense João Cruz que se sagrou vice-campeão da Europa em patinagem livre, no escalão de cadetes, prova que teve lugar no dia 10 de setembro, em Ponte di Legno, na Itália.*

*O atleta, que já tinha conquistado o título de campeão da Europa em iniciados e um terceiro lugar na Taça do Mundo que se realizou em junho, na Argentina, volta a dar provas do excelente momento de forma que atravessa e das suas enormes potencialidades.*

*João Cruz representa atualmente o Artwheels Clube de Patinagem do Sul, mas iniciou a sua carreira desportiva no Clube de Patinagem do Sado.*

*Os resultados obtidos são um impulso para o desenvolvimento da modalidade da patinagem artística, em particular, e do desporto, em geral, e muito dignificam a cidade de Setúbal, sua terra natal.*



*A Câmara Municipal de Setúbal endereça os parabéns ao atleta e aos responsáveis técnicos e diretivos do Artwheels - Clube de Patinagem do Sul e renova os votos de sucessos para o seu futuro desportivo.”*

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Deliberação n.º 932/2023 – Proposta n.º 47/2023 – GAP – Celebração de protocolo entre a Câmara Municipal de Setúbal, os Serviços Municipalizados de Setúbal e a Câmara Municipal de Sesimbra**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **2. Deliberação n.º 933/2023 – Proposta n.º 48/2023 – GAP – “Reabilitação da Rede de Água na Avenida Luísa Todi – Lado Sul” - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **3. Deliberação n.º 934/2023 – Proposta n.º 414/2023 – DAF/DICONT/SECONT – Constituição do fundo de maneiio para o projeto “Festa da Ilustração 2023”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 24, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



- 4. Deliberação n.º 935/2023 – Proposta n.º 416/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à aquisição de licença do software informático SAP RISE (ERPS4/HANA) e contratação de prestação de serviços de implementação de todo o sistema informático, garantindo a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor - Ajuste direto n.º 222/2022/DAF/DICOMP/SECOMP**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 e 26, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 5. Deliberação n.º 936/2023 – Proposta n.º 418/2023 – DAF/DICONT – 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª ao Orçamento da Despesa, 5.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

- 6. Deliberação n.º 937/2023 – Proposta n.º 419/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para atribuição de licenças para a atividade de partilha de velocípedes ou equiparados, com ponto de partilha, para utilização pública, durante períodos de curta duração e utilização do espaço público associado**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, tendo solicitado que a mesma fosse apreciada e aprovada após a apresentação e discussão da proposta n.º 254/2023/DURB/DIMOT – “Projeto de Regulamento de Mobilidade Partilhada do Município de Setúbal – Ponderação dos resultados da consulta pública”, pois a mesma não teria efeitos se não fosse apreciado primeiro o regulamento.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse gostar de dar algumas notas das especificações e condições que estavam previstas no caderno de encargos, sem querer desvalorizar a intervenção do senhor Vereador Joel Marques, mas seria adequado fazê-lo na sequência da apresentação da proposta.

Disse que o que estava em causa foi dois lotes para 350 veículos cada lote, 120 bicicletas e 230 trotinetes cada lote. Aos dois lotes não poderia ser atribuído ao mesmo concorrente, salvo na ausência de participação para o segundo lote de proposta.

Os operadores ficavam obrigados a respeitar as regras estabelecidas no regulamento de mobilidade partilhada que aprovaram no ponto anterior, sendo que os pontos de partilha definidos no anexo 1 do caderno de encargos, deveriam respeitar as normas técnicas de



acessibilidade e sinalizar a lotação de cada doca com sinalização vertical e horizontal, não podendo ser excedida as 12 horas para a sua remoção.

A capacidade e lotação de cada ponto de partilha deveria ser divulgada na aplicação do operador e um terço daqueles postos de partilha deveriam dispor da funcionalidade de carregamento elétrico. As paragens ou parqueamento não poderiam causar qualquer constrangimento ao tráfego, ou circulação pedonal e os postos seriam marcados, conforme o desenho do anexo 2 do caderno de encargos.

A hasta pública definia também as características e identificação dos velocípedes, sendo que os mesmos deveriam cumprir as condições técnicas e de segurança legalmente, exigíveis no termo do Código da Estrada e as normas de certificação e qualidade em vigor.

Não era permitida qualquer publicidade nos velocípedes, além da identificação do operador e o operador deveria dispor de aplicação que permitisse aceder à visualização e localização de todos os sistemas de partilha em tempo real. Seriam definidas as condições de circulação do veículo, sendo que o município determinaria as zonas de circulação permitidas e proibidas, sendo as mesmas comunicados pelo operador na aplicação eletrónica. As tarifas ficavam sujeitas à aprovação pela Câmara Municipal, sustentadas no estudo económico-financeiro. As atualizações daquelas tarifas seriam feitas no limite máximo do IPC em vigor à data de atualização.

O serviço de partilha estaria disponível 24 horas e os deveres do operador seria a idade mínima do utilizador de 18 anos, o máximo de 20 quilómetros de hora, a garantia de uma linha de contacto permanente gratuita para reporte de avarias e pelo posicionamento indivíduo de veículos.

Deveria ainda promover a criação de modalidades tarifárias articuladas com outros operadores de transporte público, nomeadamente com o passe metropolitano. Deveria proibir a utilização sempre que existisse mau uso por parte dos utilizadores e fim do prazo da licença deveriam ser removidos todos os veículos e infraestruturas.

Estava em causa dois lotes, cada lote com 350 veículos, sendo 230 trotinetes e 120 bicicletas, atualmente tinham 450 veículos e tinham atualmente servido um território de 7 quilómetros quadrados e com a proposta apresentada propunham servir um território de 35 quilómetros quadrados. Passando a ser servido as praias, a zona do IPS, o território de Azeitão, o território da Serralheira, Vale Ana Gomes, Quinta da Amizade, e o território da Bela Vista.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a proposta de alteração que lhes chegara antes do início da reunião introduzira uma alteração que entendiam ser significativa, alterando o sentido de voto da sua bancada.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que não se tratava de uma alteração, mas de um erro que decorria de uma transcrição errada do regulamento que fazia aquela previsão, não sendo pressuposto uma hasta pública para 350 velocípedes, depois de ter uma possibilidade de crescimento sem que fosse de se sujeitar.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Na verdade, quando comentaram a proposta que votaram anteriormente, na reunião passada, ficara no ar a ideia que acabava por se refletir naquilo que era o texto que foi originalmente apresentado. Agora iriam licenciar um determinado número e no futuro, se entendessem que esse número era insuficiente, aumentariam. Questionou se o número de velocípedes que se pretendia que fosse licenciado, seria um número estanque e se não teriam abertura para que no futuro, no decorrer dos 5 anos da licença, houvesse alguma alteração à licença que viesse incrementar o número de velocípedes já licenciados. Disse que seria particularmente relevante, porque quando definiam um valor para uma hasta pública, faziam-no com base no racional económico, tendo o mesmo duas vertentes, o racional económico da parte do município que promovia a hasta pública e que permitia a utilização do espaço público mediante o pagamento de um valor definido em 244 mil 650 euros para cada licença de 350 velocípedes, mas havia também o racional económico por



parte do operador que aceitava pagar um determinado valor, tendo em consideração aquilo que iria ser o seu retorno esperado, dependente do número de velocípedes que estivessem em utilização. Foi uma questão que ficara esclarecida e uma correção que efetivamente fora necessária ao documento originalmente apresentado.

Disse estarem perante uma proposta de hasta pública para venda de duas licenças, havendo dois modelos distintos que poderiam ser utilizados na hasta pública daqueles lotes.

Referiu existirem municípios, como era o caso do Porto e Vila Nova de Gaia, que vendiam os pontos de estacionamento, que seriam exclusivos do operador que comprava o lote e depois vendiam num outro lote noutras localizações, muitas vezes com alguma mistura, porque o território era contínuo e não fazia sentido que um utilizador deixasse um determinado equipamento para pegar noutra na rua do lado. Aquilo que lhes era apresentado seria um ponto de estacionamento partilhado pelas duas licenças, sendo um modelo com o qual pessoalmente concordava mais e fazia mais sentido até mesmo do ponto de vista da concorrência, permitindo que vários operadores explorassem o mesmo território utilizando as mesmas docas.

Disse que levantaria uma questão do ponto de vista da operacionalização daqueles pontos de partilha, porque no regulamento e no caderno de encargos, importavam ao operador o custo e a colocação do ponto de partilha. Se o ponto de partilha era repartido entre operadores, levantavam algumas dúvidas sobre como isso poderia ser operacionalizado e levantava uma dúvida adicional, se no futuro quisessem lançar uma terceira licença, como esse operador iria entrar, tendo as mesmas obrigações que tinham os outros, mas já com a infraestrutura toda montada pelos anteriores operadores. Aquilo poderia ser obviado numa forma que obrigaria eventualmente a uma correção do regulamento e que deveria ser o município a fazer a colocação das infraestruturas.

As docas que não tinham infraestruturas de carregamento eram colocadas pelo município, e a contrapartida de ser o município a assumir aquele custo seria num valor base da hasta pública mais elevado, porque o município tinha de ser compensado por esse custo adicional, porque, na verdade, seria um custo a que os operadores não incorreriam.

Aquilo era uma questão que se colocava do ponto de vista da operacionalização e da eventual entrada de novos operadores num futuro, cujas infraestruturas estavam integralmente disseminadas pelo território.

Disse que nos mapas apresentados, iriam ter 214 pontos de partilha e apenas 29 estavam localizados em Azeitão, acabando por estar um pouco concentrados num eixo muito próximo da nacional 10.

Levantava a questão como se pretendia promover a utilização daqueles meios de transporte de mobilidade partilhada, num território muito disperso do ponto de vista da ocupação habitacional, era um território em que as respostas de transporte público estavam também concentradas nos principais arruamentos, obrigando a que muitas das vezes a quem residia fosse obrigado a utilizar o transporte individual até para chegar ao transporte público mais próximo.

Uma disseminação maior de pontos de partilha em Azeitão, aumentando, não só o seu número como também a sua cobertura territorial, seria o adequado para dar resposta àquela freguesia.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Informou o senhor Vereador Joel Marque sobre os pontos de partilha, tal como foram definidas nas características técnicas, teriam de permitir a utilização dos dois operadores, sendo a Câmara a identificar a localização do posto de partilha na sequência da hasta pública, num prazo definido de cerca de três dias, para além dos postos de carregamentos obrigatórios. Um trabalho que seria coordenado entre a equipa técnica da Câmara e os operadores, com as fases subseqüentes de apresentação de uma planta para garantir que seriam cumpridas todas as condições de circulação e de mobilidade. Havendo um terceiro operador, o mesmo usaria as docas existentes no pressuposto daquela hasta pública e teria a obrigatoriedade de instalar novas docas, porque havendo um novo operador haveria mais veículos e novas necessidades de infraestruturas.



Relativamente a Azeitão, disse que foram considerados 29 postos, mas ficariam muito contentes que fossem necessários mais. Não eram todos próximos da E.N.10, estando dispersos no território, em Brejos, em Vendas e em Vila Nogueira, sendo que a E.N.10 poderia ser aquele que promovesse uma maior utilização, pelo menos para deslocação de transporte público.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Informou a senhora Vereadora Rita Carvalho que não tinha dito que os postos estavam todos nas imediações da E.N.10, mas ao longo do eixo da E.N. 10. Não estariam todos junto à estrada estavam também dentro das localidades, mas a extensão territorial de Azeitão era imensa, sendo que a sua cobertura estaria muito próxima daquele eixo e se pretendiam promover a utilização daquele meio de transporte, mesmo numa forma de fazer a interligação com outros meios de transporte, como decorria da proposta, faria todo o sentido que logo numa fase inicial pudessem disponibilizar mais pontos de partilha afastados daquilo que era aquele eixo, mais disseminados naquilo que era o território de Azeitão, caso contrário correriam o risco de não ter uma utilização que fosse mais específica, não correspondendo àquilo que seriam as necessidades em termos de oferta de mobilidade para quem vivia nas zonas fora do eixo da E.N.10 e que precisariam de se deslocar através de um meio de transporte próprio.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que só punha como hipótese o facto de não estarem a ver a mesma planta. No eixo da E.N. 10, poder-se-ia considerar, pela interpretação que o senhor vereador Joel Marques estaria a fazer, todo o território de Azeitão. Disse que existiam postos de partilha em Vendas, em Vila Nogueira, em Brejos e existiam vários postos de partilha na E.N.10. Na eventualidade de considerarem a necessidade de mais, haveria ser encontrada uma alternativa para considerar um reforço dos postos de partilha.

**Sr. Presidente** – Disse que olhando para a planta, nas zonas mais densificadas era onde se situavam as propostas da localização dos postos de partilha. Certamente que haveria de ter uma evolução e uma procura, sendo que os operadores e os serviços da Câmara Municipal haveriam de ter atenção relativamente a essa procura, de forma a corresponder na localização dos postos de partilha. Os postos de partilha encontravam-se nas zonas de maior concentração populacional, que certamente teriam maior procura, não sendo nas zonas das escolas, no entanto já em Setúbal a questão se poderia colocar, porque existiam escolas secundárias, que poderiam ter procura por parte dos estudantes com o respetivo nível etário, em Azeitão, infelizmente, para todos e para aquela população não havia uma escola secundária. A questão do senhor Vereador seria uma questão a considerar e a avaliar no desenvolvimento daquele processo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com sete votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

#### **7. Deliberação n.º 938/2023 – Proposta n.º 420/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para alienação de 7 lotes de terreno, sítos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que as alterações introduzidas naquela proposta e na proposta que a antecedia, que o senhor Presidente retirara para ser discutida num momento



posterior à discussão do projeto de regulamento de mobilidade partilhada, que tinha sido distribuído meia hora antes do início da reunião, que seria manifestamente pouco tempo atendendo àquilo que era a complexidade das propostas.

Avaliaram não só a documentação entregue como também o memorando, que fazia um resumo daquilo que eram as alterações. Tendo em conta as considerações tecidas naquele memorando e tendo em conta a importância das propostas, não solicitaram que elas fossem retiradas para melhor apreciação.

Disse que se tratava de uma boa proposta, que criava a possibilidade de construir 168 fogos acessíveis a jovens e famílias da classe média, mas que pecava por tardia.

O recurso à promoção privada era mais rápido do que se o processo fosse internalizado e conduzido pela Câmara, sujeito às regras da contratação pública, entre concursos para fazer a infraestrutura, para o projeto de arquitetura ou para a construção.

Nem dali por 48 meses teriam a obra pronta e era precisamente por isso que entendiam que ela pecava por tardia, porque se tivessem iniciado aquele processo há 6 ou 5 anos, porque os lotes já pertenciam ao município há muitos anos, já teriam provavelmente aqueles fogos construídos, já teriam as casas habitadas, contribuíram ativamente para limitar de uma forma bastante assertiva a especulação imobiliária e não onerariam os imóveis com a margem que o promotor poderia ter.

Sabiam que a proposta na sua nova redação, aquele que lhes tinha sido enviada meia hora antes do início da reunião, vinha clarificar aquela que seria a margem do promotor, referindo expressamente a Portaria n.º 65/2019, que ao fazerem a hasta pública e ao fazerem por iniciativa privada a construção daqueles fogos, a margem de 6% que permitiam que o promotor tivesse, se tivesse sido feito antecipadamente e se tivesse sido feito com uma promoção municipal, que seria uma margem que não existia, passando para as famílias e os jovens que vissem a adquirir no futuro.

Havia uma questão que era importante esclarecer e que deveria ser dada atenção, pois naqueles terrenos havia alguns sobreiros. Questionou se o município já havia tomado as medidas necessárias para obter a autorização para abate das árvores, sabendo que seria um processo demorado, ou se essas medidas deveriam ser tomadas por quem adjudicasse os terrenos em hasta pública.

**Sr. Presidente** – Disse que quando apresentavam propostas que eram positivas, vinham sempre atrasadas, porque já antes deveriam ter apresentado aquelas propostas e resolvido os problemas, porque os problemas eram antigos.

A Câmara Municipal ponderara muito bem qual a solução para aqueles lotes e acabou por encontrar interessados naquele modelo. Aquele modelo tinha sido seguido pelo próprio IHRU, com o resultado à vista. Dizer que “*pecava por tardio*” era sempre bom dizer sobretudo para a um partido da oposição, mas a realidade era pesada e avaliada pelos técnicos e também pelo executivo municipal.

Naquele momento, existiam condições para que houvesse privados que tivessem a intenção de assumir aquela forma de estar no mercado e havendo aquela disponibilidade, a Câmara Municipal imediatamente desenvolvera os procedimentos necessários para as coisas poderem acontecer.

Para colocar aqueles lotes no mercado era preciso, em primeiro lugar, que a Câmara Municipal fizesse as infraestruturas que, pelos valores identificados, não era fácil tomar a iniciativa sem saber se haveria no mercado condições para resolver o problema do investimento imediato que implicava fazer. Tudo aquilo deveria ser ponderado e era por essa razão que havia responsáveis na Câmara Municipal para gerir aquele tipo de questões.

Face à falta de habitação por todo o país e também em Setúbal, aquela iniciativa da Câmara Municipal e a disponibilidade de investidores naquela área de poderem fazer uma parceria com a Câmara Municipal, seria de enaltecer o aproveitamento daquela oportunidade.

Disse que seriam 168 fogos, que os setubalenses ou aqueles que quisessem vir morar para Setúbal, teriam a possibilidade de ter, numa habitação a custos controlados, sendo de valores





acessíveis para algumas camadas da população, infelizmente aqueles valores não seriam acessíveis a todas as camadas da população.

Disse que não se iria alongar muito mais sobre o empenhamento e o esforço que a Câmara Municipal iria fazer ao lançar, no âmbito do PRR todo um conjunto de novas construções, que seria feita em renda conforme os rendimentos das famílias. Sendo uma iniciativa do município colocar no mercado uma nova construção com acessibilidade a toda a população.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que gostaria, antes de mais, de valorizar aquela proposta, estando em causa uma hasta pública para a criação de 168 fogos de habitação a custos controlados, sendo um bom contributo dado pelo município, dispondo do seu património para resposta à problemática da habitação que existia em Portugal e em Setúbal.

Disse que os esclarecimentos ou as alterações feitas à proposta, distribuída meia hora antes da reunião, tivera uma clarificação relativamente ao prazo de construção de 48 meses. Não se tratava de uma alteração profunda, mas de uma clarificação, que tinha uma correção do ponto de vista da legislação que estava mal referenciada no programa e nas condições gerais, apesar de estar bem referenciada num outro documento.

Disse que aquela proposta no resultado seria para renda acessível, sabendo que os privados não faziam renda apoiada e a opção do município tinha sido de fazer renda apoiada, daí estar a ser sujeita ao mercado na condição de renda acessível que era precisamente aquilo que era feito pelo IHRU.

A renda acessível era um contributo, como dissera o senhor Presidente, não resolvia todos os problemas de acesso à habitação da maioria das pessoas, enquanto a renda apoiada resolvia outra parte dos problemas associados à necessidade de criar condições de nova habitação.

Sobre o abate de sobreiros disse que, formalmente, seria feito no âmbito do processo de obras que era obrigatório apresentar por parte do concorrente ganhador e no âmbito do futuro licenciamento relativo às construções.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse pretender dar uma pequena nota no que dizia respeito à habitação, não sendo nenhuma queixa em concreto relativamente àquilo que a Câmara fazia, porque ouviu a Presidente da Associação Nacional de Municípios ter descrito sobre o processo de licenciamento de habitação no país através das autarquias e sabia que se tratava de um processo de uma enorme complexidade e obviamente que demorava muito tempo.

Referira que tivera uma longa conversa com um investidor estrangeiro em Setúbal, que adquirira um prédio, fizera a respetiva reabilitação para arrendamento das várias frações, tendo levado 18 meses só para obter autorização para a reabilitação. Acontecera uma coisa notável, as pessoas sabendo que só 18 meses depois começaria a reabilitação do prédio, todas elas assinaram o contrato de arrendamento, a pagar quando ocupassem o respetivo fogo, dando bem a ideia do problema gravíssimo que havia a nível nacional e obviamente também em Setúbal no que dizia respeito à habitação.

Não havia casas para as pessoas, nem sequer para aquele segmento com capacidade financeira para mais.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Informou o senhor Presidente que as infraestruturas não estavam feitas e iriam ser feitas por quem adjudicasse a aquisição dos terrenos em hasta pública, significava que a questão das infraestruturas que o senhor Presidente colocara seria uma falsa questão, porque haveria forma de resolver o mesmo, não sendo a construção feita por promoção municipal, mas através de promoção municipal e o município teria que avançar com todo o processo de infraestruturas, de projeto, de construção até à alienação das frações, que era precisamente aquilo que iria acontecer com uma construção que iria ser feita.

Quando diziam que a proposta pecava por tardia, apesar de ser uma boa proposta, pecava efetivamente por tardia, não o diziam pelo facto de estarem na oposição, mas porque viam noutros municípios aqueles processos avançarem. A título de exemplo, referiu que o

Município de Faro lançara um regulamento para a alienação de fogos nas mesmas circunstâncias, no final do ano passado e concluíra o concurso no decorrer de 2023. Lançara o regulamento, concluíra o concurso e fê-lo já após a construção estar concluída, iniciando o processo mais cedo e era isso que foi a sua anterior intervenção e era isso que a sua bancada defendia.

Havendo a disponibilidade de terrenos, que estavam destinados à construção de habitação a custos controlados, terrenos que município alienava para que servissem um determinado interesse, não cedendo a título gratuito ou poderia ceder um direito de superfície, o que iria depois reduzir o valor de cada fogo no momento da sua alienação, porque a fórmula aplicada no cálculo do preço já seria diferente, poderia ter optado por outras soluções, tendo optado por aquela à qual a sua bancada não se opusera à fórmula encontrada, valorizavam a proposta, mas insistiam em referir caso ela tivesse sido apresentada mais cedo hoje já teriam as prontas e habitadas.

A sua intervenção ia naquele sentido, porque quando olhavam para outros territórios em que isso aconteceu ao longo do tempo e pretendiam que Setúbal conseguisse acompanhar aquelas soluções que eram apresentadas por outros territórios aos seus municípios e que o pudesse fazer em tempo considerado útil.

**Sr. Presidente** – Disse pretenderem que houvesse aquela hasta pública e quem a ganhasse teria de fazer as infraestruturas, identificado o seu valor e a outra componente seria paga em dinheiro, pelo que se propunha que a Câmara Municipal deliberasse aprovar a alienação por hasta pública dos sete lotes de terreno, no loteamento municipal da Nova Azeda, na Freguesia de São Sebastião e a submetesse a deliberação da Assembleia Municipal, ficando a hasta pública sujeita às condições constantes do programa e dos procedimentos, condições gerais anexas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **8. Deliberação n.º 939/2023 – Proposta n.º 421/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta Pública para alienação de um prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 40.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a discussão da proposta em si não seria necessária fazer, porque já era a quarta vez que a alienação daquele edifício vinha a uma reunião de câmara só no decorrer daquele mandato.

As posições de cada uma das forças políticas eram claras, a bancada do PS tinha uma visão para aquilo que era a importância estratégica daquele edifício para a cidade, que era oposta àquilo que era a visão que a CDU e o PSD demonstraram sobre aquele edifício.

Compreendiam que houvesse visões diferentes mantendo aquilo que era a sua opinião. Disse pretenderem destacar acima de tudo que era a diferença significativa entre aquela proposta e a última que lhes foi apresentada sensivelmente há um ano e meio.

Num ano e meio o edifício valorizara quase 49%, com uma avaliação de mais 710 mil euros do que aquela que lhes foi apresentada. O que iria dar razão a todas as questões que ali apresentaram a última proposta que foi depois em boa hora retirada, estando relacionado com os comparativos utilizados, com os valores por metro quadrado e com o valor parecera-lhes perfeitamente desadequado para o imóvel em causa. Aquele seria um valor mais ajustado àquilo que era a realidade do mercado, sem que significasse que o voto do Partido Socialista seria no sentido de viabilizar a proposta, não seria, porque eram contra a venda



daquele imóvel, mas seria importante frisar que intervenção do Partido Socialista impedira que se desbaratassem 710 mil euros.

Aquilo que tinha sido apresentado nas três propostas anteriores era uma proposta de venda por um valor substancialmente mais baixo e totalmente desenquadrado. Aquele edifício deveria servir para o mesmo que servia o edifício onde estava instalado StartUp Barreiro, o mesmo edifício em que estava instalada a StartUp Braga, desenvolvida em parceria com a Microsoft. Tratava-se de um edifício que reunia as condições em termos de localização e em termos de área para servir de âncora para uma série de atividades, nomeadamente a instalação de empresas de base tecnológica, no entanto, perderam essa oportunidade que foram para Braga.

Disse que gostaria que não perdessem na cidade outras oportunidades semelhantes.

**Sr. Presidente** – Referiu que cabia aos autarcas que tinham a responsabilidade da gestão autárquica, do planeamento urbano e também da avaliação daquilo que consideravam mais adequado a cada momento e em cada situação para a cidade.

Consideravam que aquilo que eram as perspetivas de desenvolvimento urbano daquela zona da cidade, que a utilização daquele espaço se adequava a muito mais áreas de atividade, conforme a envolvente que ali estava, estando em grande desenvolvimento por parte da iniciativa privada.

A Câmara Municipal tinha outros edifícios em que poderia desenvolver um conjunto de outras atividades, designadamente atividades que tinham a ver com as competências da Câmara Municipal.

Recordou terem um espaço muito importante que a Câmara Municipal adquirira e que, na altura, quando a Câmara Municipal adquirira aquele espaço na zona ribeirinha, ainda não tinha aquela propriedade, que era o caso da gráfica, um espaço bastante significativo onde se desenvolvia um conjunto de atividades artísticas.

Outras iniciativas estariam em curso por parte da Câmara Municipal, designadamente no que dizia respeito ao Palácio Fryxell, um palácio que tinha a gestão do Instituto Politécnico de Setúbal, em que a Câmara Municipal estaria num processo de uma parceria que poderia vir criar melhores condições para atividades da responsabilidade da Câmara Municipal.

Disse terem outro edifício que era propriedade municipal e que ficava naquela mesma envolvente, que era o edifício da Polícia Judiciária, em que também existia um projeto de requalificação de todo aquele espaço.

Tratavam-se de espaços devidamente identificados e que na gestão que a CDU tinha no município de Setúbal seriam estratégias que tinham, e no âmbito dessas estratégias não fazia parte aquele edifício situado naquela localização, onde o desenvolvimento de atividades privadas no âmbito comercial, estariam em grande desenvolvimento, pelo que consideravam que fazia muito mais sentido que aquele espaço fosse destinado àquele tipo de atividades e não para aquela para que tinha sido adquirido na altura, numa perspetiva diferente que havia do desenvolvimento da cidade e que atualmente já não era a orientação que tinham.

Disse existir outro espaço bastante significativo que era o espaço da antiga Praça de Touros, em que havia um compromisso de desenvolver um projeto muito significativo, no qual procuravam encontrar uma solução financeira que pudesse viabilizar aquele tipo de investimento muito significativo.

Naquele leque tão alargado de espaço no centro da cidade, desanuviando a zona ribeirinha que era um objetivo claro da sua parte, porque a zona ribeirinha iria ter transformações profundas de grande pressão, designadamente quando fosse construída a Marina que era um projeto que estava em desenvolvimento, numa parceria entre a Câmara Municipal e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra e era naquele quadro que faziam a avaliação e não por uma visão avulsa daquela situação, tinham uma visão de conjunto, tinham uma estratégia para o desenvolvimento da cidade e a dispersão daqueles equipamentos, não era sempre a melhor solução, porque implicava ter condições de logística e de segurança, que na sua proximidade manteriam sempre no centro da cidade.



Certamente que haveria formas diferentes de olhar para a cidade, as quais deveriam ser respeitadas.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que prescindiu de falar sobre o projeto da Fábrica das Artes, no entanto, o senhor Presidente trouxera-o de novo à tona, não foram os Vereadores do Partido Socialista que o criaram, mas também não o mataram, quem o criara e quem o matara foi o executivo CDU.

Acabaram de saber pela intervenção do senhor Presidente que existiam dois outros edifícios, que poderiam ser alvo de intervenção, aguardando com expectativa, quer o Palácio onde estava instalado parte dos serviços do Instituto Politécnico, quer o edifício onde estaria instalada a Polícia Judiciária de Setúbal. Aproveitando a embalagem do senhor Presidente na referência à Praça de Touros, Carlos Relvas disse que os vereadores do Partido Socialista aguardavam há muitos anos pelo projeto de recuperação daquele edifício que custou mais de 1 milhão de euros à cidade e que estava em profunda degradação, da mesma forma que aguardavam saber qual seria o futuro de Imapark que custou 4,4 milhões e que também estava num processo de acelerada degradação.

Sobre o Imapark teriam a oportunidade de falar de forma mais aprofundada em futuras intervenções, porque era importante perceber dentro daquele edificado, tendo questionado quais as atividades que lá se desenvolvia no momento em que a câmara adquirira, quais as que se desenvolviam naquele momento, se eram desenvolvidas pelas mesmas entidades que lá estavam com contratos de arrendamento, quando é que os contratos de arrendamento caducavam, se seriam ou não renovados.

Disse que haveria muito para esclarecer ainda sobre aquilo que era o processo do Imapark. No que se referia à proposta que estava em discussão e centrando a discussão naquele edifício na Rua Guilherme Gomes Fernandes, o senhor Presidente e o executivo CDU entendiam que o uso adequado, para aquele edifício, seria de uso comercial segundo a dinâmica comercial que existia na zona, uma dinâmica de restauração.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que poderia ser numa dinâmica de habitação, sendo que a opção estaria expressa no PDM e nos estudos urbanísticos que estavam feitos naquela matéria.

O uso comercial seria uma possibilidade, como era óbvio, considerando o desenvolvimento que estaria a acontecer naquele espaço, mas também haveria a possibilidade conforme os estudos, bem como com o Plano Diretor Municipal, a possibilidade de construção de habitação, mas isso seriam os privados que decidiriam sobre aquela matéria, não podendo decidir muito mais, porque também existiam critérios que foram estabelecidos.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse acreditar que naquela zona fosse de uso misto, com atividade comercial no rés do chão e habitação nos pisos superiores, caso a proposta fosse aprovada e caso a hasta pública não ficasse deserta.

Em termos de atividade comercial, entendiam que aquele edifício poderia e deveria ser utilizado, como plataforma para a instalação de empresas de base tecnológica, criando não só postos de trabalho altamente qualificados, sendo que a proposta que a Microsoft lhe apresentou iria nesse sentido, garantindo inclusivamente contratos de trabalho aos recém-licenciados na área de informática do Instituto Politécnico de Setúbal, projeto que se perdera para Braga.

Aquele edifício era a opção central para fazer a instalação de um equipamento que tivesse aquelas características, pela sua localização, por aquilo que era a necessidade de diversificar a atividade empresarial que existia na área que estava naquele momento concentrada no âmbito da restauração, sendo importante, mas a necessidade de diversificar também a nossa economia, sendo aquela uma oportunidade que com aquela proposta seria uma oportunidade perdida.



**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que o senhor Vereador Joel Marques, dedicava-se muito à apreciação das propostas e isso retirava-lhe tempo para conhecer a atividade da cidade e na sua forma palavrosa com que tinha de adjetivar muitas vezes as propostas da Câmara Municipal, por lapso decorria de afirmações que em tudo demonstrava um profundo desconhecimento daquilo que era atividade da autarquia.

Quando o senhor Vereador afirmava que o executivo municipal matara a Fábrica das Artes, disse que teria todo o gosto em convidá-lo a fazer uma visita à gráfica, verificar aquilo que o espaço promovia, com atividades diferentes e diversificadas, com muitas instituições da cidade desde o TAS - Teatro de Animação de Setúbal ao Teatro Estúdio Fontenova, a um conjunto de atividades com a comunidade e à instalação de residências artísticas.

Aquele espaço tivera um interesse substantivo da parte do Governo do Partido Socialista, à data da senhora Ministra Graça Fonseca, que pretendia vir especificamente visitar aquele espaço de criação artística de que ouvira falar pelas bandas do Palácio da Ajuda.

Disse estranhar que o senhor Vereador nas suas afirmações dissesse que o executivo municipal matara a ideia da fábrica das Artes.

Disse que o senhor Vereador Joel Marques foi tão interessado em recuperar a ata quando trouxeram a proposta para poderem considerar aquele projeto, que depois em boa hora verificaram que o antigo espaço dos armazéns papéis do Sado permitiam pela sua dimensão. Lembrou-lhe as afirmações do senhor Vereador Paulo Lopes que, na época, em nome da bancada do Partido Socialista, demonstrara a sua total discordância para aquele propósito e afirmara que aquele espaço deveria ser considerado exatamente para os fins que estavam inscritos na proposta.

O Partido Socialista teria que se entender, se no passado aquele espaço não era adequado para a instalação de um espaço de criação artística, considerando toda a dinâmica comercial da frente ribeirinha. Referia o então Vereador Paulo Lopes que não se compreendia que naquele espaço fosse ali considerado, porque havia outros territórios da cidade que deveriam merecer essa atenção.

A Câmara Municipal, pela oportunidade criada na aquisição dos Armazéns Papéis do Sado e pelas características que aquele espaço em si encerra com mais edificado, colocado no centro histórico, decidira alterar a sua decisão. No entanto, os senhores Vereadores do PS vinham dizer que, afinal, aquela intenção já não se verificava, quando daquela discussão era exatamente aquilo que os senhores vereadores do PS afirmaram.

Referiu que a cidade ficou muito mais bem servida por uma circunstância que à data não estava considerada, aquele espaço que reunia e que preenchia exatamente aquilo que estava previsto inicialmente.

Segundo a argumentação trazida por parte do Partido Socialista, seria absolutamente contrária àquela a que à data tinha sido proposto. Seria uma questão que lhes parecia ser relevante, porque, por vezes, a memória traia-os e sobretudo as afirmações.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que para além de subscrever, aquela discussão já tivera vários argumentos, muitos deles contraditórios.

Encontrando-se alternativa para a Fábrica das Artes, aquilo que reafirmaram, aquele deveria ser o edifício pelas suas características, pela sua dimensão e pela sua localização, não teria condições de dimensão para aquilo que pudesse ser outras necessidades de equipamento municipal.

Disse que seria pouco sério questionar que a Câmara não investiu em equipamentos municipais, para além dos perspectivados existiam diversos equipamentos, sendo um dos motores que contribuíram de grande forma para a reabilitação urbana do território da frente ribeirinha e da baixa. Por uma questão de precisão e de veracidade, disse estar expresso no relatório de avaliação, calculando que o senhor vereador João Marques lia os documentos com toda a atenção, que houve uma evolução significativa nos últimos dois anos relativamente aos valores de transação. No último ano os valores de transação aumentaram 550 euros por metro quadrado, tendo impactos no resultado da avaliação.



A proposta foi retirada na última vez, que foi apreciada na reunião de Câmara, supostamente no início do ano 2022, porque consideravam que seria necessário proceder à correção das áreas na Conservatória e nas Finanças, com todos os procedimentos e formalismos que exigiam e também valia a pena uma comparação sobre os valores em presença na envolvente do local relativo às transações.

No decurso do tempo podia o valor de mercado ter alterado para baixo, infelizmente, por diversas razões estava ainda no sentido ascendente, mas aquele era o relatório que merecia toda a credibilidade, estando devidamente justificado aquilo que eram os valores em causa.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que na relação que tinham com o Instituto Politécnico estava considerada a possibilidade do desenvolvimento de uma base de trabalho naquela área que deveria dar os seus frutos a seu tempo. Estando considerada a ideia do senhor Vereador, que fazia parte dos tempos em que viviam, à qual não era alheio. Cada um tinha a sua ideia sobre as coisas, sendo legítimo defendê-los.

Na Câmara Municipal tinham uma visão de conjunto sobre a cidade e o concelho, avaliando as situações sempre na interação e numa visão de conjunto que era preciso ter naquele tipo de coisas. As visões avulsas e os pensamentos avulsos muitas vezes eram importantes, mas normalmente não seriam muito mais do que isso.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**9. Deliberação n.º 940/2023 – Proposta n.º 422/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento, de fração sita em Avenida dos Ciprestes, 147, destinada a comércio**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 41 e 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 941/2023 – Proposta n.º 423/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Reversão da parcela de terreno doada em direito de superfície para ampliação do Palácio da Justiça, União de Freguesias de Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 43.

**Sr. Presidente** – Disse quem em 2017, por iniciativa do Governo a Câmara Municipal cedera uma área de 800 m<sup>2</sup> para a ampliação das instalações do Palácio da Justiça, nessa cedência dizia-se que seria um direito de superfície sobre o prédio identificado, sendo aquela transação feita através do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça.

Passados todos aqueles anos, desde 7 de novembro de 2017, passara o prazo estipulado para a ampliação, tendo recebido daquele Instituto uma carta a informar que já não havia interesse na ampliação daquelas instalações, pelo que se propunha que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de reverter para a Câmara Municipal aquela parcela de terreno.

Disse que tivera a oportunidade de falar com o senhor Secretário de Estado das Infraestruturas da Justiça porque era necessário, para além daquilo que estava escrito no papel, haver uma conversa para verificar quais seriam em termos futuros os objetivos daquela ampliação ou se havia algo naquele sentido. Terá sido informado de que haveria prioridades



que se estabeleciam noutros sítios e que nos próximos tempos não estaria prevista aquela ampliação. O senhor Secretário de Estado terá manifestado interesse em visitar Setúbal e aproveitou para transmitir para que houvesse uma conjugação de esforços do Estado de poder construir ali um edifício, que pudessem instalar várias instituições, criando economias de escala nos custos dos serviços a prestar às populações.

O senhor Secretário de Estado demonstrara muito interesse em conhecer a proposta da Câmara e um dia viria a Setúbal para constatar aquela sugestão. Disse que estaria a falar do Tribunal, do Comando Distrital da PSP, do Comando Distrital da GNR e de outros serviços que o Estado entendesse que houvesse interesse em instalar em Setúbal de forma requalificada, prestando os serviços adequados às populações, para que situassem todos numa mesma zona, permitindo que as populações se dirigissem a um determinado espaço, onde pudesse ser construído aquele edificado, permitindo a concentração de serviços numa economia de escala.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que se tratava de uma parcela de terreno que se pretendia reverter a doação, que se encontrava destinada estritamente à ampliação do Palácio de Justiça. No entanto, já havia um ano que naquele terreno estavam instalados parquímetros, tendo sido delimitados lugares de estacionamento tarifado pela DataRede. Desconheciam que tivesse existido algum acordo entre a DataRede e o Instituto de Gestão Financeira dos Equipamentos de Justiça para dar aquele fim, que não era aquele que estava previsto àquela parcela de terreno.

A DataRede era concessionária do estacionamento tarifado à superfície e eventualmente do estacionamento subterrâneo, quando avançassem com a construção dos parques que estavam previstos no contrato.

Questionou o senhor Presidente se lhe saberia dizer em que termos a DataRede instalara parquímetros, pintara lugares de estacionamento regulado naquele terreno, que iria reverter novamente para o município e se tivera alguma autorização do município para o fazer.

Questionou qual era o destino que se pretendia dar àquele espaço, se seria em estacionamento tarifado, uma vez que aquele espaço pertencia ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, a ocupação que lá existia era uma ocupação indevida.

A regularização daquela ocupação permitiria certamente criar naquele espaço uma bolsa de estacionamento, que através de um sistema de avença, permitiria aos funcionários do tribunal, da Segurança Social e da Câmara Municipal, um lugar de estacionamento, com um valor muito mais baixo do que aquilo que existia, com a colocação constante de moedas no parquímetro.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que a intervenção acabada de ser feita pelo senhor Vereador Joel Marques era a forma como fez para abordar todos os assuntos naquela câmara, incorrendo em risco de dizer erros e inverdades. Aquela zona não era tarifada pela DataRede.

Num acordo entre IGF ou a comarca e a Câmara Municipal fora permitido a utilização daquela zona para estacionamento, contrariando o objeto de cedência e assim ficaria até ao projeto de reformulação da frente ribeirinha e da marina de Setúbal que, obviamente, necessitaria daqueles terrenos para requalificação de todo aquele território.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que face à intervenção da senhora Vereadora Rita Carvalho, questionou de quem seria o parquímetro que estaria instalado e quem cobrava a tarifação dos respetivos lugares, porque dos lugares instalados existiam 20 que estavam reservados e outros que eram de utilização corrente que era tarifada. Não sendo o parquímetro da DataRede, questionou de quem seria o parquímetro.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Referiu que na sua intervenção não dissera que o parquímetro não seria da DataRede, mas tinha dito que aquele espaço, que estava



fisicamente isolado da outra zona de estacionamento e que correspondia a 20 lugares, tinha sinalética destinada ao estacionamento exclusivo do tribunal.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que estavam pintados no chão 40 lugares, sendo que 20 lugares estariam reservados. A senhora Vereadora tinha dito que os restantes lugares não estariam tarifados.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Informou o senhor Vereador Joel Marques que os 20 lugares correspondiam aos 800 m<sup>2</sup> que cederam ao tribunal e que permitiam para aquele uso.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não poderiam interromper a reunião para se deslocarem ao local, para que todos pudessem verificar aquilo que existia, no entanto, convidava a todos que passassem quando a reunião terminasse.

No “Google Maps”, se a senhora Vereadora localizasse aquele espaço conseguiria contar os lugares que estavam pintados, sendo lugares que iriam para além dos 20 reservados, os lugares que estariam a ser tarifados.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que aquela área de cedência de 800 m<sup>2</sup> tinha um determinado fim e que, entretanto, lhes tinha sido comunicado que não seria cumprido esse fim, e a Câmara Municipal em articulação com a comarca decidira que aquela área de cedência não tendo aquele fim, faria a reversão nos termos que lhes tinha sido comunicado, mas ficaria reservado para estacionamento do tribunal. A área de cedência corresponderia a 20 lugares, o restante seria área tarifada.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que aquilo que estava implantado no terreno, seriam lugares reservados, no entanto seriam outros lugares que tinham sido delimitados no chão e que estavam a ser tarifados. Como era uma questão que não se iriam entender, mais uma vez sugeriu que no final da reunião passassem pelo local e verificassem aquilo que a sua bancada tivera oportunidade de constatar.

A questão que tinha colocado e para a qual ainda não obtivera resposta, acabara por passar no meio da tarifação dos lugares.

Questionou sobre qual o destino que se pretendia dar àquele espaço depois do terreno reverter para a posse do município.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que tinha respondido, mas voltaria a informar que aquele território teria de ser reformulado no âmbito do projeto da marina, toda a frente urbana teria que ser reformulada. Disse que havia um estudo de ocupação para aquele território que se materializaria com a marina e até haver outras condições teria o fim a que se destinava atualmente.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

#### **11. Deliberação n.º 942/2023 – Proposta n.º 424/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Minuta do contrato de comodato celebrado entre o Município de Setúbal e a Scalibasket Club Associação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 44 e 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.





**12. Deliberação n.º 943/2023 – Proposta n.º 425/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Permuta de lotes de terreno, sítos em Nova Azeda e em Quinta do Quadrado, em Setúbal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 a 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**13. Deliberação n.º 944/2023 – Proposta n.º 13/2023 – DRH/DIGAT – 3.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 945/2023 – Proposta n.º 17/2023 – DOM – Empreitada CPI 19/2022/DOM - “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base; e aumento da despesa autorizada**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 55 a 57.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – Disse que existia um total de 45 edifícios que constituíam 840 e seriam intervencionados 455, no entanto, estava omissa na proposta, qual tinha sido o critério de seleção daqueles 455 fogos, porque na proposta seguinte vinha a fundamentação do porquê de terem sido selecionados os 121 fogos, porque apresentavam avançado estado de degradação e adulteração em relação à construção original. Questionou porque tinham sido aqueles 455 fogos e não outros.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Os 455 fogos eram públicos, faziam parte daquela empreitada, os fogos privados eram objeto de candidatura própria dos privados que ainda iriam acontecer e seria financiado, por essa razão estariam referidos aqueles que era possível estabelecer como fogos a serem intervencionados.

Aquela empreitada visava garantir eficiência energética e reabilitar o conjunto dos telhados, paredes e o interior dos fogos dos públicos mais dos privados aderentes. O privado aderente era financiado a 100% e um privado não aderente teria que pagar a reabilitação. Toda aquela operação dava um ónus de 15 anos em relação a potenciais vendas, sendo que o privado que viesse a participar no processo também não poderia vender em 15 anos.

**Sra. Vereadora Patrícia Paz** – No decurso daquela intervenção, questionou se já estaria equacionado soluções para colocarem os moradores durante aquele período que iria ser significativo.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Referiu que aquela obra, dado o número de fogos, era muito complexa. Disse que tinham uma experiência boa do que estava a acontecer na Manteigada,

onde encontraram três soluções para alojamento das pessoas que ficavam fora da sua casa. Uma vez que os prédios iriam ser intervencionados no seu interior separadamente, seriam alojadas transitoriamente. Disse que havia pessoas que tinham para onde ir, outra ficavam em casa de vizinhos. As pessoas que não tinham soluções resolvidas, reservaram-lhes algumas habitações devolutas e alugaram monoblocos, sendo associados espaços comuns para as refeições e higiene. Tratava-se de uma solução mista encontrada para o Bairro da Manteigada.

Aquela experiência indiciou-lhes que deveriam manter alguns fogos devolutos, porque existiam pessoas que não poderiam ficar em monoblocos, uma vez que se encontravam acamadas. O aluguer de monoblocos para o ritmo estimado de andamento da própria empreitada pela câmara e pelo empreiteiro, corresponderia ao número de famílias que iriam estar durante um mês ou dois meses fora do da sua habitação.

Referiu que naquela ordem de trabalhos, *a posteriori*, constariam duas propostas de não pagamento de renda durante o período das obras.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 946/2023 – Proposta n.º 18/2023 – DOM – Empreitada CPI 18/2022/DOM - “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista edifícios de habitação multifamiliar” - Autorização para adjudicação excecional acima do preço base - Aumento da despesa autorizada - Aprovação do relatório único do júri, decisão de adjudicação e aprovação das minutas dos contratos**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 a 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 947/2023 – Proposta n.º 413/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 26/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada PRR “Requalificação do Bairro “Amarelo” na Bela Vista” (lote 1, lote 2, lote 3 e lote 4) – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**17. Deliberação n.º 948/2023 – Proposta n.º 415/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 27/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada PRR “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista – Edifícios de habitação multifamiliar” (lote 1 e lote 2) – Abertura**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 a 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 949/2023 – Proposta n.º 24/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do Programa 1.º Direito - Reabilitação de Habitações e Alojamento Provisório, na Rua do Cercal, n.º 29, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 950/2023 – Proposta n.º 25/2023 – DOM/DIHAB – Suspensão do pagamento da renda das habitações públicas municipais pelos arrendatários, por motivo de reabilitação pública municipal no âmbito do desenvolvimento do programa 1.º direito - Reabilitação de habitações e alojamento provisório, na Rua João Augusto Rosa, n.º 6, em Setúbal**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 951/2023 – Proposta n.º 120/2023 – DCDJ/DICUL – Venda ao público de Estruturas de Papel em 3D – Rede de Museus Municipais**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**21. Deliberação n.º 952/2023 – Proposta n.º 121/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio à realização da edição da obra premiada do XXII Concurso Literário Manuel Maria Barbosa du Bocage - Ratificação**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 73 e 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 953/2023 – Proposta n.º 122/2023 – DCDJ/DICUL – Doação de Obra de Arte ao Município**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 954/2023 – Proposta n.º 123/2023 – DCDJ – EXIB MÚSICA Setúbal 2023**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 76 a 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 955/2023 – Proposta n.º 124/2023 – DCDJ/DIDES – Academia de Rugby Club de Setúbal – Apoio financeiro para aquisição de material e equipamento**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 79 e 80, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 956/2023 – Proposta n.º 125/2023 – DCDJ/DIDES – Clube Naval Setubalense / Vela – Apoio financeiro**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 81 e 82, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**26. Deliberação n.º 957/2023 – Proposta n.º 126/2023 – DCDJ/DIDES – Clube de Vela do Sado – Apoio financeiro para a aquisição de trator de manutenção, limpeza e desassoreamento da rampa do Centro Náutico Municipal de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 83 e 84, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 958/2023 – Proposta n.º 254/2023 – DURB/DIMOT – Projeto de Regulamento de Mobilidade Partilhada do Município de Setúbal – Ponderação dos Resultados da Consulta Pública**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 85 a 87.

**Sra. Vereadora Rita Carvalho** – Disse que aquela proposta já tinha sido retirada por solicitação da bancada do PSD. Tratava-se da apresentação do projeto de regulamento de mobilidade partilhada do município de Setúbal por ponderação dos resultados da consulta pública. Aquela proposta igualava a apresentada na última reunião, apesar de não ter sido votada, tendo havido um contributo/questão deixado pelos vereadores do PS, nomeadamente no que dizia respeito à idade dos utilizadores.

A proposta de regulamento, fruto de uma participação pública, para que pudessem ser considerados utilizadores a partir dos 16 anos, e por uma questão de consensualização propuseram que fosse admitido só utilizadores a partir dos 18 anos, sendo de resto tudo igual à proposta apresentada na última reunião de câmara.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que em nome do PSD tinha pedido o adiamento da discussão daquela iniciativa e depois de bem analisada a legislação aplicável, as alterações apresentadas envolviam uma nova consulta pública e os vereadores do PSD não queriam que isso acontecesse uma vez que já tinha havido uma recente, contudo esperavam que daquela data a um ano pudessem fazer um balanço e nessa altura apresentar propostas, porque havia muito caminho a fazer na área da mobilidade.

Aquilo que acontecera em Paris era um bom exemplo do longo caminho que teriam que fazer, tendo proibido pura e simplesmente a circulação de trotinetes. Pessoalmente tivera já um acidente com uma trotinete, uma coisa grave, de uma jovem inglesa que se deslocava com os auscultadores tendo caído em cima do capô do seu carro.

Agradecera o facto de não ter havido oposição ao pedido de adiamento da discussão daquela proposta.

**Sr. Presidente** – Disse que, por um lado, não deveriam estar fechados a novas modalidades e a novas formas de usar o espaço público, na possibilidade de mobilidade não poluente e considerando a importância de avançarem nesse caminho, tendo em conta que outros valores muito importantes se levantariam, que seria a própria vida.

Algumas das inovações no transporte e na mobilidade tinham problemas já devidamente testados, que alguns Governos decidiram acabar com a circulação de trotinetes. A posição que tomaram e tendo em conta até a proposta que o senhor Vereador Fernando Negrão colocara, no sentido de poderem fazer a avaliação daquele processo, estariam com atenção à evolução de tudo aquilo.



**Sr. Vereador Joel Marques** – No que respeitava à discussão da proposta, as questões que tinham para colocar e os comentários que entenderam fazer já o tinham feito na reunião anterior, apesar de ainda não ter sido votada. Registaram a alteração que tinha sido feita no que se referia à idade mínima de utilização, que lhes parecia ser relevante. Mantinham a opinião de que seria mais avisado limitar o número de velocípedes que poderiam ser concessionados ou licenciados, em cada licença. Era certo que a seguir iriam apreciar e votar uma proposta de hasta pública a qual tinha uma limitação de trezentos e cinquenta velocípedes e não mil, mas não era menos certo que a versão original da proposta, que tinha sido corrigida no decorrer daquela tarde, referia trezentos e cinquenta velocípedes, passíveis de aumentar até mil e posteriormente, até mil e quinhentos. Os Vereadores do PS entendiam que o número de velocípedes passíveis de licenciar em cada atribuição de licença continuava a ser excessivo.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD e 4 abstenções do PS.

**28. Deliberação n.º 959/2023 – Proposta n.º 257/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo alvará - Processo n.º 37/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 88, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 960/2023 – Proposta n.º 258/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de licenciamento para uma instalação de parque tipo A, sujeito a licenciamento simplificado - Processo n.º 128/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 89, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 961/2023 – Proposta n.º 259/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de selagem de 3 ascensores - Processo n.º 145/05**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 90, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**31. Deliberação n.º 962/2023 – Proposta n.º 260/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração de edifício habitacional - Processo n.º 443/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 91, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Sr. Ismael Dantas** – Sugeriu que as passadeiras fossem repintadas, em especial as que estavam localizadas na Av. Luisa Todi frente ao posto de correio, na Avenida 22 de Dezembro, frente ao n.º 21, na Avenida Mariano de Carvalho, frente ao n.º 29, na Avenida Alexandre Herculano, frente aos n.ºs 28 e 40, na Avenida República da Guiné Bissau, frente aos n.ºs 2, 22 e 12, na Rua Jorge de Sousa, na Rua Escola Técnica e também nas proximidades dos terminais rodoviário, porque estavam totalmente apagadas. Pretendia que a Câmara Municipal de Setúbal atendesse àquela sugestão para que o peão pudesse fazer a travessia em segurança.

**Sr. Presidente** – Disse que houve um problema com o lançamento de um procedimento atempado para a repintura das passadeiras em todo o concelho. Sabiam que aquele tipo de procedimento levava muito tempo, a administração tinha de cumprir procedimentos que eram muito morosos e conseguiram em 2021 lançar um procedimento que se dedicou à pintura das passadeiras envolventes às escolas do concelho.

Posteriormente, verificaram que havia muitas passadeiras que com uma máquina de pressão poderiam ser lavadas e ficariam novamente vivas. O referido procedimento já estaria em desenvolvimento para a contratação de uma empresa para lavar as passadeiras, as quais teriam condições para ficar com a tinta viva.

Disse que também decorria um procedimento para pintura de mais 400 passadeiras em todo o município.

Relativamente às passadeiras da Avenida Luísa Todi e outras passadeiras identificadas pelos serviços tinham um investimento previsto de 500 mil euros, que iria servir para a construção de passadeiras em pedra por forma a resistir mais ao tempo. Algumas das passadeiras ao fim de ano e meio de estarem pintadas deixavam de ter visibilidade, sendo que para as passadeiras que mantinham a tinta havia a possibilidade de se fazer a sua lavagem para realçar a tinta.

Disse que o senhor Dantas referiu alguns arruamentos que estariam relacionados com uma intervenção que a Câmara Municipal fez com pinturas que não foram feitas a quente, sendo que aquelas que as pinturas eram feitas a quente, mantinham uma maior impermeabilidade e com a lavagem retomavam para mais um período.

O objetivo das novas 400 passadeiras passavam pela pintura a quente e os 500 mil euros seriam investidos na construção de passadeiras com base em pedra, podendo permanecer mais tempo. Certamente que 500 mil euros dariam para o número de passadeiras bastante limitado, tendo em conta a ambição ou a necessidade que tinham, mas não deixavam de ser investimentos muito avultados.

Disse que já existiam os projetos das novas passadeiras, iniciando a partir da Avenida Luísa Todi, sendo que algumas na Avenida Luísa Todi já estavam estabilizadas. Os passeios seriam rebaixados e a passadeira ficava ao nível do passeio, no entanto, havia um conjunto de outras passadeiras na Avenida Luísa Todi que levantaram problemas inclusive com as



ambulâncias, pelo que seriam intervencionadas com uma ligeira elevação, mas não significativa para não perturbar o movimento das ambulâncias.

Avançariam com a construção de passadeiras, em particular, em zonas de maior tráfego, designadamente na Avenida José Mourinho e Avenida Antero de Quental. Disse que seria uma prioridade porque estava em causa a segurança dos peões. No entanto, todas as passadeiras tinham sinalização vertical e os peões, para além dos automobilistas, também teriam de ter em atenção a sinalização vertical, a qual estaria bem delimitada mantendo o nível de segurança. Obviamente que as passadeiras estando pintadas dariam maior garantia de segurança pelo menos ao peão.

Agradeceu a presença do munícipe, por considerar muito importante os munícipes poderem intervir nas reuniões de Câmara e em sessões da Assembleia, para colocarem as suas questões.

Disse que muitas das vezes o cidadão, no seu dia a dia, fazia uma avaliação muito particular das coisas na cidade, enquanto os serviços da Câmara tinham uma visão global, não tendo em atenção determinados pormenores.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e trinta e quatro minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 22 de novembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 32 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

A Chefe da Divisão de Contabilidade e Património



Sílvia Maria Torrão Barbeiro,

Elaborada por: Vítor Marcos  
Conferida por: Ana Paula Lico  
Revista por: Paulo Hortênsio